

EQUIPE

MULTIDISCIPLINAR

2015



Comunidade Remanescente de Quilombo
Areia Branca - Bocaiúva do Sul - PR.



Terra Indígena / Município de Ortigueira - PR



Comunidade Remanescente de Quilombo
São João - Adrianópolis - PR



Artesanato Kaingang e Guarani

**DIÁLOGOS E REFLEXÕES PARA PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS EFETIVAS NA EDUCAÇÃO
DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS**

SECRETÁRIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ANA SERES TRENTO COMIN

DIRETOR-GERAL
EDMUNDO RODRIGUES DA VEIGA NETO

SUPERINTENDENTE DA EDUCAÇÃO
FABIANA CRISTINA CAMPOS

CHEFE DO DEPARTAMENTO DA DIVERSIDADE
MARISE RITZMANN LOURES

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DA DIVERSIDADE
Avenida Água Verde, 2140
www.diaadiaeducacao.pr.gov.br
80240-900 CURITIBA – PARANÁ.

EQUIPE DE TRABALHO

Departamento da Diversidade
Marise Ritzmann Loures

**Coordenação da Educação das
Relações da Diversidade
Étnico-Racial**
Edna Aparecida Coqueiro

Equipe

Clemilda Santiago Neto
Edimara Gonçalves Soares
Jurandir de Souza
Soraia de Fátima Henriques Saleh

**Coordenação da Educação Escolar
Indígena e Cigana**

Denize T. Carvalho

Equipe

Gisele Brunetti da Silva
Kenneth Dias dos Santos
Maria Daise Taschetto Rech

Assessoria Administrativa

Roseli Cristina de Miranda
Tarcisio Moura Da Silva

**Diretoria de Políticas e Tecnologias
Educativas**

Eziquiel Menta

**Coordenação de Produção
Multimídia**

Carina Skura Ribeiro

Projeto Gráfico e Diagramação

Fernanda Serrer



**HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E
INDÍGENA NA SALA DE AULA**

Equipe Multidisciplinar - Escola Diene C. da Silva
Costa - EI EF Mod. Especial - Juranda - PR.



**APRESENTAÇÃO DO GRUPO DE MARACATU NA
MOSTRA CULTURAL E CIENTÍFICA**

Equipe Multidisciplinar - Col. Est. Enira M.
Ribeiro - EFMP - Paranavaí - PR.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
 SUPERINTENDÊNCIA DA EDUCAÇÃO
 DEPARTAMENTO DA DIVERSIDADE
 COORDENAÇÃO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES DA DIVERSIDADE
 ÉTNICO-RACIAL
 COORDENAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA E CIGANA

ROTEIRO DO 4º ENCONTRO

EQUIPE MULTIDISCIPLINAR – 2015

1) CONTEÚDO

PRÁTICA PEDAGÓGICA

2) INTRODUÇÃO

Este encontro denominado *Prática Pedagógica* é um momento dedicado ao desenvolvimento das ações planejadas no Plano de Ação com o envolvimento de todos os profissionais da escola e a comunidade escolar. É, também, um momento de análise do trabalho desenvolvido, no sentido de conhecer e avaliar os impactos, avanços e desafios, de rever metodologias, enriquecer os conteúdos e adotar novas posturas diante do compromisso de construir uma sociedade livre do racismo onde negras, negros e indígenas, sujeitos desse debate, tenham orgulho de seu pertencimento étnico.

Embora esse encontro tenha o objetivo de mobilizar e articular a coletividade para a execução de ações inovadoras que produzam efeitos positivos na educação das relações étnico-raciais, propomos também, resgatar a discussão apresentada no III encontro sobre respeito e valorização da identidade das/os estudantes negras, negros e indígenas, bem como a preocupação com a autodeclaração no requerimento de matrícula, para desencadear uma reflexão crítica sobre a nossa prática pedagógica, se de

CLAMOR

*Aos mestres pedimos com respeito
 Que trabalhem verdadeiramente
 A história do povo negro
 No ambiente escolar
 Só assim no futuro
 As correntes que prendem o imaginário popular
 Arrebrantarão
 E quem sabe a nossa liberdade virá...
 Ser ou não ser escravo?
 Ninguém nasce escravo por opção
 E fomos sim escravizados
 Sob imposição de armas
 A riqueza da nação
 Se fez com a contribuição
 Dos povos índios e afrodescendentes
 E no Paraná não foi diferente!
 É difícil falar...
 Sensação de difícil tradução
 As marcas não desapareceram
 Foram muitas as crueldades
 Escarificações
 Que atravessaram os séculos
 E chegaram até nossos dias
 Cicatriz na alma, ruptura na tradição
 Brecha na história. Lei...
 10.639 abre a porta, faz ecoar
 O que foi silenciado
 Escrever o que foi apagado
 Transforma dor em poesia
 Omissões em verdades
 "Covardes" em heróis...
 Até os herdeiros das capitânicas hereditárias
 Já sabem o que é justiça social
 Não me levem a mal
 Os felicianos já fazem isto muito bem.
 É preciso promover a isonomia
 E quem sabe o sol brilhará
 Escurecendo ainda mais a minha pele
 E a sua
 Talvez a verdade se revele
 Trazendo a luz da justiça
 Desconstruindo o racismo
 Fazendo valer a vida.*

*In.: Coleção Oralidades Afroparanaenses - Crônicas,
 Manifestos e Pensamentos Azeviche. Poemas de Mel e
 Candiero, Ed. Humaita, 2015.*

fato estamos promovendo a consciência e a elevação da autoestima, incentivando o autorreconhecimento e a autodeclaração do pertencimento étnico.

3) O PAPEL DA ESCOLA NO FORTALECIMENTO DA IDENTIDADE NEGRA E INDÍGENA.

Os povos indígenas, a despeito de todas as tentativas de exclusão social, mantêm suas línguas, culturas e tradições. Portanto, a escola enquanto espaço de conhecimentos sistematizados, desempenha um papel crucial para a afirmação étnica e cultural. Diante disso, é preciso considerar o processo histórico de discriminação étnico-racial e negação dos direitos básicos à cidadania que acomete a população negra e povos indígenas com culturas, trajetórias históricas e sociais diferentes.

Assim, é fundamental o engajamento da escola na construção de ações pedagógicas que viabilizem “espaços que favoreçam o reconhecimento da diversidade e uma convivência respeitosa baseada no diálogo entre os diferentes atores sociopolíticos, oportunizando igualmente o acesso e a socialização dos múltiplos saberes”. (Silva, 2010, p.46).

A desconstrução de ideias preconceituosas e estereotipadas, historicamente produzidas e reproduzidas por visões externas aos sujeitos negros e indígenas, exige práticas pedagógicas comprometidas com conteúdos que representem os sujeitos de modo afirmativo, visando à formação crítica de negras/os, não negras/os, indígenas e não indígenas.

Nessa perspectiva, é importante destacar que a escola tem o papel de questionar visões eurocêntricas herdadas da colonização europeia que persistem imbricadas nas relações sociais, cuja consequência é a homogeneização das diferenças dos povos indígenas. Para essa reflexão, Luciano (2006) afirma que:

a sua diversidade, a história de cada um e o contexto em que vivem criam dificuldades para enquadrá-los em uma definição única. Eles mesmos, em geral, não aceitam as tentativas exteriores de retratá-los e defendem como um princípio fundamental o direito de se autodefinirem. (p. 47)

Assim, a reflexão e problematização acerca da temática indígena não deve se restringir somente às escolas indígenas, pois o preconceito e as concepções de inferiorização étnica permeiam todos os segmentos da sociedade brasileira.

Desconstruir a generalização da diversidade indígena, isto é, que todos são iguais, configura-se em refletir e discutir sobre as diferenças étnicas, promovendo conhecimentos que contemplem as expressões culturais de cada povo indígena. Assim, é importante destacar a concepção dos povos indígenas sobre quem são a partir deles mesmos.

Quando os colonizadores portugueses invadiram essas terras, denominaram os habitantes nativos de índios e essa denominação perdura até os dias de hoje. No entanto, essa denominação carrega um sentido pejorativo e preconceituoso, pois os índios foram vistos como seres sem cultura, desprovidos de civilização, preguiçosos e selvagens. (LUCIANO, 2006)

Ainda segundo o referido autor:

cada “índio” pertence a um povo, a uma etnia identificada por uma denominação própria, ou seja, a autodenominação, como o Guarani, o Yanomami etc. Mas também muitos povos recebem nomes vindos de outros povos, como se fosse um apelido, geralmente expressando a característica principal daquele povo do ponto de vista do outro. Ex.: Kulina ou Madjá. Os Kanamari se autodenominam Madjá, mas os outros povos da região do Alto Juruá os chamam de Kanamari. (LUCIANO, p.30, 2006)

O povo Xetá é nominado de diversas formas: **Botocudos** – pelas populações brancas no século XIX e parte do século XX, **Kuruton** – pelos índios Kaingang que com eles conviveram no vale do Rio Ivaí, **Yvaparé** – pelos índios Guarani do vale do Rio Tibagi e Parapanapanema, até por Telêmaco Borba que afirmou que era assim que eles se autodenominavam, outros autores ainda nominam como **Hetá, Chetá, Setá e Ssetá**. (MOTA, p. 11, 2013)

Conforme o contexto escolar indígena e não indígena, a partir da compreensão da autodenominação, se propõe elaborar práticas pedagógicas com mecanismos que permitam visibilizar e valorizar a concepção e valores culturais provenientes das próprias etnias indígenas e, de que maneira a visão etnocêntrica subjuga culturas de não pertencimento as matrizes europeias.

No que se refere às especificidades das escolas indígenas, sugere-se a realização da prática pedagógica advinda dos anseios da sua comunidade, criando espaços de diálogos e ações para estabelecer a discussão e reflexão de como as relações de contato com não indígenas se estabelecem e, de que maneira isso cria impeditivos para garantia de direitos de exercer suas expressões socioculturais, políticas, econômicas e processos próprios de ensino e aprendizagem.

Nas escolas estaduais não indígenas que atendem estudantes indígenas, a EM deve auxiliar o corpo docente na elaboração de encaminhamentos pedagógicos com a finalidade de relacionar os saberes e vivências indígenas provenientes da sua comunidade, discorrendo sobre as divergências com o que determina a hierarquia de saberes no modelo educacional hegemônico do que é cristalizado na escola regular.

Além dos contextos escolares apresentados, todas as escolas não indígenas devem apresentar práticas pedagógicas direcionadas a diversidade sociocultural dos povos indígenas, suas influências e contribuições socioculturais no nosso cotidiano.

No que tange a população negra e o fortalecimento de sua identidade, conforme Guimarães (2003) a questão da autodeclaração racial dos negros é regida por questões políticas, e desse modo ultrapassa as formas de autotaxação racial regida por mecanismos de base biológica e que as desigualdades sociorraciais geralmente se expressam num cenário de mobilidade/fragilidade social.

Já Munanga (1994) destaca que no Brasil, a ênfase da identidade está na marca ou na cor, combinando a miscigenação e a situação sociocultural dos indivíduos às possibilidades de formar uma identidade coletiva que aglutina negros e mestiços, ambos discriminados e excluídos. A construção da identidade negra está balizada por dimensões políticas, sociais, econômicas, geográficas, histórica e cultural. Na concepção de Munanga,

[...] a identidade é uma realidade sempre presente em todas as sociedades humanas. Qualquer grupo humano, através do seu sistema axiológico sempre selecionou alguns aspectos pertinentes de sua cultura para definir-se em contraposição ao alheio. A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (1994, p. 177-178).

No Brasil, para fins de estudos demográficos, a classificação racial adotada como oficial é a do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), desde o ano de 1991. Tal classificação tem como diretriz a coleta de dados por meio da autodeclaração, ou seja, a pessoa faz sua escolha entre cinco itens (branco, preto, pardo, amarelo e indígena). Considera-se população negra o somatório de quem se autodeclara preto e pardo, dessa forma, é possível dizer que ser negro no Brasil perpassa por um reconhecimento político e social. Nesse sentido, Souza (1990, p.77), destaca que:

[...] ser negro no Brasil é tornar-se negro. Assim, para entender o "tornar-se negro" num clima de discriminação é preciso considerar como essa identidade se constrói no plano simbólico. Refiro-me aos valores, às crenças, aos rituais, aos mitos, à linguagem.

Sendo assim, a escola tem um papel preponderante nesse processo de construção de identidade negra, contribuindo para a compreensão da negação

e desvalorização da história e da cultura afro-brasileira e africana, por consequência os afro-brasileiros, e por fim, possibilitar a desconstrução e reconstrução de forma positiva e respeitosa, de modo que a criança e o jovem tenham orgulho do seu pertencimento étnico-racial. Considerando que essa população está presente na grande maioria dos estabelecimentos de ensino, a postura pedagógica deve ser de comprometimento com o reconhecimento e afirmação da identidade negra.

4) PRÁTICA PEDAGÓGICA: AFIRMAÇÃO DA IDENTIDADE NEGRA E INDÍGENA E ENCORAJAMENTO PARA AUTODECLARAÇÃO.

É possível afirmar que trabalhar a valorização da identidade negra e indígena como prática pedagógica cotidiana na sala de aula e demais espaços do ambiente escolar por todos educadores (professores/as, gestores/as, equipe pedagógica e os/as agentes educacionais I e II) promovendo a consciência e o incentivo a autodeclaração é uma forma de promover a afirmação da identidade negra e indígena na escola e em todos os espaços sociais.

Quando pensamos a autodeclaração, especificamente no ambiente escolar, estamos pensando não só na coleta de dados que permitirão o recorte para análise dos índices de acesso, permanência, sucesso, aprovação, reprovação, aprovação por conselho de classe, distorção idade/série, abandono e evasão e tantas outras possibilidades de conhecer e a realidade, mas também na possibilidade de análise dos avanços e dos desafios que ainda devem ser superados e nas mudanças de posturas de todos/as sujeitos envolvidos nesse processo.

Com certeza a educação das relações étnico-raciais vem construindo novos paradigmas ao longo desses anos de trabalho no interior da escola, no entanto, percebe-se pouca mudança na postura dos sujeitos, em especial, dos negros em relação à afirmação da sua identidade e a autodeclaração.

Para compreender esse processo é necessário problematizar pontos importantes, como:

- A identidade étnica das crianças e dos jovens;
- Os índices de sujeitos que se autodeclaram estão relacionados à eficácia das políticas educacionais de reconhecimento e das estratégias pedagógicas de valorização da diversidade;
- A autodeclaração é desencorajada pela permanência de desigualdades, ideologias preconceituosas e estereótipos racistas que levam os estudantes a negarem seu pertencimento.

Considerando tais afirmações,

- Como a sua escola percebe a questão/efetivação do autorreconhecimento e em que medida o teor dessas afirmações estão presentes no seu contexto?
- Que outras práticas pedagógicas poderão ser desenvolvidas e quais posturas deverão ser mudadas para que a realidade seja transformada?

Diante do exposto, cada profissional da educação em seus espaços de atuação deve assumir responsabilidades (do ato da matrícula até a sala de aula) com a positivação da historicidade dos afro-brasileiros e indígenas.

É válido ressaltar que a ação oportuniza o protagonismo das/os educadoras/es enquanto sujeitos de suas práticas pedagógicas e, ainda, visibiliza e destaca o comprometimento com a implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.

5) PARA SABER MAIS

Programa de Atividades para a Implementação da Década Internacional de Afro descendente

<http://www.decada-afro-onu.org/plan-action.shtml>

FUNAI – Fundação Nacional do Índio.

<http://www.funai.gov.br>

MUSEU DO ÍNDIO.

<http://www.museudoindio.gov.br>

PARA O PRÓXIMO ENCONTRO
Seminário: Semana da Consciência Negra.

6) REFERÊNCIAS

ALVES, João Paulo da Conceição - Aspectos da construção identitária do negro no processo educacional: entre a ruptura e a deflagração do racismo, *Artifícios - Revista do Difere* - ISSN 2179 6505, v. 1, n. 1, jun/2011. Disponível em: <http://www.artifícios.ufpa.br/Artigos/artigo%20jpaolo%208.pdf> Acesso em: 10/10/15.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. *Relações Raciais no Contexto Nacional e Internacional*. São Paulo: EDUSP, 2003.

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006

Munanga, Kabengele. A difícil tarefa de definir quem é negro no Brasil. *Revista Estudos Avançados*, 2004. São Paulo, V. 18, nº 50, p. 51-66.

MUNANGA, Kabengele. *Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil*. In: SPINK, Mary Jane Paris (Org.) *A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez, 1994.

PARANÁ, Orientação Nº 001/2015 - DEDI/CERDE/CEEI/SEED. Disponível em: <<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br>.JULHO 2015.

PARANÁ, Orientação Nº 002/2015 - DEDI/CERDE/CEEI/SEED. Disponível em: <<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br>.JULHO 2015.

SILVA, Maria da Penha da. A temática indígena no currículo escolar à luz da Lei 11.645/2008. In: *Cadernos de pesquisa*. São Luís, UFMA, v.17, nº 2, maio/ago. 2010, p. 39-47.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1990.